

Sumário

Apresentação	XIX
---------------------------	------------

Parte I. Ética

1. Dignidade da Pessoa Humana	3
1. Introdução.....	3
2. A pessoa humana	5
2.1. A pessoa, ser em si	5
2.2. A pessoa, ser com outrem	10
2.3. A pessoa, ser para si	12
3. Reconhecimento.....	15
3.1. Reconhecimento e dignidade	15
3.2. Reconhecimento e epistemologia: a pessoa como mistério.....	17
3.3. Reconhecimento e ética: a pessoa como absoluto	21
3.4. Reconhecimento e ontologia: a pessoa como sagrado.....	26
3.5. Reconhecimento e fé	29
4. Conclusão.....	32
2. A Lei Natural como Lei da Humanidade.....	33
1. Introdução.....	33
2. A humanidade na lei da humanidade	34
3. <i>Intermezzo</i> : dois modos de conhecimento da lei natural.....	35

4. A lei natural como lei da razão	37
4.1. Exemplo: a escravidão	38
5. A lei natural como lei da natureza (humana)	40
5.1. Exemplo: mercado.....	41
6. Lei natural como lei da alteridade	43
6.1. Exemplo: desigualdade social.....	45
7. Conclusão	48
3. Lei Natural e Amor.....	49
1. Introdução.....	49
2. O amor de si e o sujeito da moral	49
3. O amor a outrem e o objeto da moral	55
4. O amor a Deus e o sentido da moral.....	58
5. Conclusão.....	64
4. Lei Natural e Discurso Moral.....	67
1. Introdução.....	67
2. A ética discursiva	68
3. Dever, ética discursiva e lei natural	69
4. Bem, ética discursiva e lei natural	70
5. Alteridade, ética discursiva e lei natural.....	72
6. Conclusão.....	74

Parte II. Direito

5. Direitos Humanos	77
1. Introdução: Constatação da inadequação da dogmática jurídica na tematização dos direitos humanos	77
2. A tese: a adequação da ética tomista na tematização dos direitos humanos	80
2.1. Os direitos humanos e a sistematização das exigências da justiça.....	80
2.2. Os direitos humanos como expressão dos aspectos da vida boa	81
2.3. Os direitos humanos como garantia do carácter distributivo do bem comum	81
2.4. Os direitos humanos como expressão das exigências da dignidade da pessoa humana.....	82
3. O método: a análise estrutural dos direitos humanos.....	83
4. O titular do direito nos direitos humanos: a pessoa humana	83
4.1. O idealismo e os direitos humanos	84
4.2. O empirismo e os direitos humanos.....	85
4.3. O realismo e os direitos humanos.....	86
5. O titular do dever dos direitos humanos: o co-humano	90
5.1. O vizinho como sujeito de dever na ética particularista da fraternidade.....	91
5.2. O próximo como sujeito de dever na ética universalista da fraternidade do cristianismo	94
5.3. O co-humano como sujeito de dever em Tomás de Aquino e os direitos humanos.....	96

6. O objeto dos direitos humanos: o justo natural	99
6.1. O direito subjetivo como poder subjetivo	100
6.2. O direito subjetivo como justo subjetivo.....	104
6.3. O justo natural e os direitos humanos.....	109
7. O fundamento dos direitos humanos: a lei natural.....	113
8. Conclusão.....	121
6. Lei.....	125
1. Introdução.....	125
2. A estrutura lógica da lei: a lei como medida	129
2.1. Igualdade.....	130
2.2. Universalidade	135
2.3. Objetividade	140
3. A função política da lei: a lei como ordem	144
3.1. Legitimidade.....	147
3.2. Publicidade	151
3.3. Eficácia	156
4. O sentido ético da lei: a lei como aliança.....	158
4.1. A lei como aliança na Bíblia	161
4.2. Pessoa, amizade e lei	163
4.3. Amizade e regra de ouro no jusnaturalismo tomista.....	167
4.4. A regra de ouro como princípio da lei humana	170
5. Conclusão.....	172

7. Direito Natural Institucional	173
1. Introdução.....	173
2. O jusnaturalismo institucional	174
3. Os oito princípios/ <i>standards</i> da legalidade.....	180
3.1. Generalidade (<i>Generality of law</i>).....	181
3.2. Promulgação (<i>Promulgation</i>)	183
3.3. Prospectividade (<i>Retroactive laws</i>).....	184
3.4. Possibilidade (<i>Laws requiring the impossible</i>)	185
3.5. Clareza (<i>Clarity of laws</i>)	185
3.6. Consistência (<i>Contradictions in the laws</i>).....	186
3.7. Estabilidade (<i>Constancy of the law through time</i>)	187
3.8. Congruência (<i>Congruence between official action and declared rule</i>)	188
4. Os princípios/ <i>standards</i> da legalidade como “gramática” do “jogo de linguagem” da legislação.....	190
5. O jusnaturalismo institucional de Tomás de Aquino: o <i>jus gentium</i>	193
6. Conclusão	195
8 Prudência e Jurisprudência.....	199
1. Introdução.....	199
2. Os precursores de Aristóteles.....	200
2.1. O conceito de <i>phronesis</i> na cultura grega.....	200
2.1.1. Homero	200
2.1.2 A religião délfica	202
2.1.3 A contribuição dos trágicos	203

2.2 O conceito de <i>phronesis</i> na filosofia grega.....	204
3. A teoria da prudência de Aristóteles	205
3.1. A ética aristotélica.....	205
3.2 O conceito de <i>phronesis</i>	207
4. A <i>jurisprudencia</i> romana	212
4.1. O pressuposto do direito: a experiência da ordem.....	213
4.2. Características do saber jurídico romano.....	215
4.2.1. Um saber realista.....	215
4.2.2. Um saber prático.....	216
4.2.3 Um saber ético.....	217
4.2.4. Um saber casuístico	219
4.2.5. Um saber tradicionalista.....	221
5. A <i>phronesis</i> aristotélica e a <i>jurisprudência</i>	221
5.1. Realismo	222
5.2 Pragmatismo	223
5.3 Caráter ético	223
5.4 Casuísmo.....	223
5.5 Tradicionalismo	224
6. Conclusão.....	224

Parte III. Política

9. A Amizade Política.....	229
1. Introdução.....	229
2. Aristóteles	230
2.1. Objeto da Política: amizade/inimizade.....	230
2.2. A amizade política.....	231
2.3. A inimizade política.....	234
2.4. A antropologia – a concepção de ser humano	237
3. Carl Schmitt.....	239
3.1. O critério do político: amigo/inimigo.....	239
3.2. A inimizade política.....	241
3.3. A amizade política.....	243
3.4. A antropologia - a concepção de ser humano	244
4. Conclusão.....	245
10. Povo.....	247
1. Introdução: o povo e a cidadania.....	247
3. O povo como os muitos: a <i>isegoria</i> e a <i>doxa</i>	248
3.1. Populismo: o povo como univocidade.....	250
4. O povo como maioria: <i>isocracia</i> e <i>krisis</i>	251
4.1. Populismo: o povo como unanimidade.....	252
5. O povo como todos: <i>isonomia</i> e <i>koinon</i>	253
5.1. Populismo: o povo como uniformidade	254
6. Conclusão.....	255

11. Instituições.....	257
1. Introdução.....	257
2. A ética utópica de Frei Junípero.....	257
3. A ética política de Frei Tomás	259
3.1. A <i>polis</i> como mediação necessária à vida boa	259
3.2. O bem comum político.....	260
3.3. O bem da ordem	262
3.4. A ordem da justiça ou o direito	263
3.5. Pluralidade e direito	266
3.6. O justo político.....	267
3.6.1 A instituição da propriedade	269
3.6.2. A instituição judicial	270
4. Considerações finais.....	271
12. Teologia Política	273
1. Introdução: o político e o teológico-político.....	273
2. O político entre imanência e transcendência.....	275
2.1. A era axial e o surgimento do político.....	275
2.2. A visão axial e a desdivinização do mundo.....	276
2.3. Metafísica e política.....	278
3. A teologia política de Hobbes.....	281
3.1. Preliminares.....	281
3.2. Teologia política: as leis naturais como leis de Deus	283
3.3. Cristologia política: a soberania como mediação	285
4. Conclusão.....	290

Parte IV. Justiça

13. Justiça e Amizade	295
1. Introdução.....	295
2. Justiça e argumentação	296
3. A amizade e a determinação do sujeito de direito	296
4. A amizade e o devido a outrem: a reciprocidade	298
5. Conclusão	300
14. Justiça Social.....	301
1. Introdução.....	301
2. A gênese do conceito de justiça social.....	301
2.1. A justiça geral na teoria da justiça de Aristóteles.....	302
2.2. A justiça legal na teoria da justiça de Tomás de Aquino.....	304
2.3. A justiça social no tomismo do século XIX: o impacto da sociedade democrática.....	306
2.4. A justiça social na ética social cristã: aristotelismo e dignidade da pessoa humana.....	309
2.5. A justiça social na Constituição brasileira de 1988: ordem econômica e ordem social.....	312
3. A estrutura do conceito de justiça social	313
3.1. A relação regulada pela justiça social: o indivíduo e a comunidade	314
3.2. O bem da justiça social: o bem comum.....	315
3.3. A atividade própria da justiça social: o reconhecimento	316
3.4. A alteridade na justiça social: a pessoa humana	317

3.5. O dever na justiça social: a reciprocidade	319
3.6. A adequação na justiça social: a dignidade.....	320
3.7. Formulação	323
3.8. Fundamentação ética da justiça social: a humanidade como fim.....	324
4. A aplicação do conceito: justiça social e ação afirmativa	327
4.1. A tese da justiça compensatória/comutativa.....	328
4.2. A tese da justiça distributiva.....	330
4.3. A tese da justiça social: <i>Bakke</i> à luz da Constituição de 1988	332
5. Conclusão.....	338
15. Justiça Distributiva.....	339
1. Introdução.....	339
2. A justiça distributiva na teoria da justiça tomista.....	339
2.1. Distribuição/repartição/partilha e o ocaso da comunidade....	340
2.2. A proporção e o <i>hard work</i>	343
2.3. Comum/bem comum: a causa da distribuição nas ações afirmativas.....	344
3. Conclusão.....	347
16. Justiça Pública: A juridicidade do direito no formalismo integral...	349
1. Introdução: <i>morphé</i> e <i>eidos</i>	349
2. A forma externa (<i>morphé</i>) do direito: a publicidade	351
2.1. A forma externa no direito clássico.....	351
2.2. A forma externa do direito em Rudolf von Ihering.....	355
2.3. A forma externa do direito na tradição aristotélica.....	359

3. A forma interna (<i>eidos</i>) do direito: a justiça	362
3.1. A forma interna no direito clássico	362
3.2. A forma interna do direito em Ernst Weinrib.....	363
3.3. A forma interna do direito na tradição aristotélica	366
4. Conclusão: o formalismo integral da tradição aristotélica	371
Bibliografia.....	373
Origem dos textos.....	389
Coleção Teoria da Lei Natural	391